



Recebido em: 20/08/2025

Aprovado em: 13/11/2025

Publicado em: 23/12/2025

## **O MAL-ESTAR E O ADOECIMENTO MENTAL NOS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS: Uma abordagem crítica**

### **MALAISE AND MENTAL ILLNESS IN UNIVERSITY CAMPUSES: A critical approach**

Jose Vinicius Barbosa Silva Veras<sup>86</sup>

#### **Resumo**

Como o sofrimento psíquico no ensino superior pode ser compreendido como sintoma social e não apenas como questão individual? O presente estudo investiga essa problemática, com foco nos câmpus interiorizados das universidades públicas brasileiras, onde se manifestam de forma aguda as contradições do modelo neoliberal de gestão acadêmica. Sustenta-se que a lógica do produtivismo e da autogestão emocional reconfigura subjetividades, transformando a universidade em espaço de precarização material, simbólica e afetiva. Com base em análise documental e apoio bibliográfico nas reflexões de Vladimir Safatle, Christian Dunker e Heribaldo Maia, analisa-se como exigências de desempenho contínuo, responsabilização individual e normalização da produtividade criam mal-estar estrutural, particularmente nos câmpus do “continente”, caracterizados por isolamento geográfico, carência de recursos e fragilidade nas políticas de permanência. Ao problematizar a lógica avaliativa da CAPES e a imposição de métricas uniformes de excelência acadêmica, o estudo evidencia como a experiência universitária se torna marcada por ansiedade, exclusão simbólica e desalinhamento entre sujeitos e normas institucionais, revelando a dimensão social e histórica do adoecimento psíquico na universidade contemporânea.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Produtivismo acadêmico. Esgotamento. Subjetivação.

#### **Abstract**

How can psychological distress in higher education be understood as a social symptom and not merely an individual issue? This article investigates these problematic issues, focusing on the interiorized campuses of Brazilian public universities, where they manifest themselves acutely in opposition to the neoliberal model of academic management. It argues that the logic of productivism and emotional self-management reconfigures subjectivities, transforming the university into a space of material, symbolic, and affective precariousness. Based on documentary analysis and bibliographic support, drawing on the reflections of Vladimir Safatle, Christian Dunker, and Heribaldo Maia, it analyzes how the demand for continuous performance,

---

<sup>86</sup> Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (PPGFIL/UFMA) e membro do grupo de pesquisa NEO-BIO: Ontologia, Corpo e Biopolítica. E-mail: viniciusver4s@outlook.com



individual accountability, and the normalization of productivity create structural malaise, particularly on campuses in the "continent," characterized by geographic isolation, lack of resources, and weak retention policies. By problematizing CAPES's evaluative logic and the imposition of uniform metrics of academic excellence, the study highlights how the university experience becomes marked by anxiety, symbolic exclusion, and misalignment between subjects and institutional norms, revealing the social and historical dimension of psychic learning in contemporary universities.

**Keywords:** Neoliberalism. Academic productivism. Exhaustion. Subjectivation.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma análise crítica do sofrimento psíquico no ensino superior, com ênfase na experiência vivida nos câmpus universitários, também conhecidos como “universidades do continente”. Mais do que um fenômeno individual ou clínico, o sofrimento que atravessa a universidade deve ser compreendido como um sintoma de impasses institucionais, sociais e subjetivos. Cada vez mais, a universidade pública tem se constituído como um espaço de reprodução das lógicas neoliberais, operando pela exigência de autogestão emocional, produtividade constante e responsabilização individual diante do fracasso ou do mal-estar, e, nesse contexto, sintomas como ansiedade, depressão, esgotamento e desamparo não podem ser tratados como desvios pessoais, mas como efeitos da forma como a subjetividade vem sendo moldada pelas exigências institucionais contemporâneas.

Os câmpus universitários evidenciam as contradições da democratização do ensino superior. Apesar do ideal de ampliar o acesso, enfrentam precariedade estrutural, isolamento geográfico e insuficiência de políticas de permanência. O uso do termo *campus*, de origem latina, também não é neutro: remete a um modelo colonizador de organização universitária, centralizador e hierarquizante, em que as margens existem apenas como extensão funcional dos centros.

Neste sentido, a racionalidade espacial das universidades, marcada por uma lógica centralizadora, também contribui para a produção do sofrimento psíquico. Ao concentrar poder, prestígio e recursos nas sedes centrais e relegar aos câmpus interiorizados um papel secundário, a universidade cria uma divisão simbólica entre sujeitos reconhecidos e aqueles em posições marginais, atravessados por exclusão, precariedade e deslocamento.

Estudos recentes reforçam essa dimensão estrutural do sofrimento psíquico. A pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (2022) identificou que 45% dos estudantes



universitários brasileiros apresentaram sintomas de ansiedade generalizada e 17% relataram indícios de depressão durante o período pandêmico. De modo convergente, a Enquete Nacional “Condições de Trabalho e Saúde Docente”, conduzida pelo ANDES – Sindicato Nacional (2023, p. 17–19), apontou que 75% dos docentes afirmam sentir-se sempre ou frequentemente sobrecarregados, 79% relataram pressão constante por metas e prazos, e 55% declararam algum quadro de adoecimento relacionado ao trabalho. Esses dados evidenciam que o mal-estar acadêmico não pode ser interpretado apenas como questão individual, mas como expressão de condições estruturais que configuram a vida universitária contemporânea.

É nesse cenário que se torna essencial recorrer às contribuições de Vladimir Safatle, Christian Dunker e Heribaldo Maia. Safatle, em *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (2018), argumenta que o capitalismo atual não apenas administra a produção, mas também regula afetos e modos de adoecer, transformando o sofrimento em uma ferramenta de gestão. Christian Dunker, por sua vez, em *Mal-estar, sofrimento e sintoma* (2015), propõe uma distinção fundamental entre essas três dimensões, compreendendo o sintoma como uma resposta subjetiva àquilo que a norma não pode simbolizar. Já Heribaldo Maia, em *Neoliberalismo e sofrimento psíquico na universidade* (2024), traz à tona os modos pelos quais a universidade tornou-se, ela mesma, uma engrenagem da precarização subjetiva, denunciando como discursos institucionais de excelência, mérito e resiliência acabam naturalizando o adoecimento como falha pessoal, em vez de reconhecer sua inscrição social.

O presente estudo se apoia em análise documental e apoio bibliográfico, articulando dados de pesquisas nacionais sobre condições de trabalho e saúde docente (Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-Sindicato Nacional, 2023; Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, 2019; Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2022; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2025) com reflexões teóricas de Vladimir Safatle, Christian Dunker e Heribaldo Maia. Essa abordagem permite compreender o sofrimento psíquico no ensino superior como um sintoma social, evidenciando a intersecção entre condições institucionais, subjetividade e lógicas neoliberais de gestão acadêmica.



O trabalho está organizado em duas partes principais: a primeira apresenta os fundamentos teóricos do sofrimento psíquico enquanto sintoma social, e a segunda analisa de que modo a universidade, atravessada pela racionalidade neoliberal, contribui para a produção e gestão do sofrimento de seus membros. Ao longo da análise, argumenta-se que uma abordagem crítica do sofrimento exige reconhecer sua inscrição histórica e coletiva, bem como enfrentar os dispositivos de subjetivação impostos pelas lógicas contemporâneas de gestão acadêmica.

### **O SOFRIMENTO PSÍQUICO COMO SINTOMA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

Compreendemos o sofrimento social, assim como Safatle, Dunker e Campello como em um processo de construção social a partir de seus silenciamentos e opressões, ou seja, o adoecimento psíquico não se desdobraria unicamente a partir de um encadeamento químico – neurológico, mas a partir de uma reflexão das contradições das estruturas desiguais da sociedade.

A dimensão empírica dessa problemática é amplamente evidenciada pela *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES* (ANDIFES; FONAPRACE, 2019), último levantamento nacional completo sobre o tema. Segundo o estudo, 83,5% dos graduandos relataram dificuldades emocionais que interferem na vida acadêmica, especialmente ansiedade, desânimo, insônia, sensação de desamparo, solidão e tristeza persistente. Entre os que reportaram tais dificuldades, 11,1% estão em tratamento psicológico, 63,7% nunca buscaram atendimento, e 7,5% fazem uso de medicação psiquiátrica. O levantamento também aponta que as maiores taxas de dificuldades emocionais se concentram nas regiões Sudeste (87,2%) e Sul (85,3%), seguidas do Centro-Oeste (82,2%), Nordeste (81,4%) e Norte (78,4%) (p. 204-205), o que revela um quadro de sofrimento psíquico generalizado nas universidades públicas brasileiras, atravessando desigualdades territoriais e estruturais

Em oposição a patologias meramente individuais, Campello (2022, p. 94-95) advoga que o foco da crítica deve ser o sofrimento social, definido em sua dupla face: primeiro, como um produto de "instituições e práticas sociais" que se mostram incapazes de oferecer um "significado terapêutico" para o mal-estar que elas próprias geram; e segundo, como uma experiência imanente à vida social, que se manifesta tanto através das "normas que constituem os imperativos de realização dos sujeitos" quanto



nos "limites dados pela gramática social", os quais restringem previamente o horizonte de possibilidades de vida e a efetivação da liberdade.

Na introdução “Do diagnóstico à diagnóstica” em *Mal-estar, sofrimento e sintoma* (2015), Dunker expande a abordagem do diagnóstico psicanalítico para a ideia de *diagnóstica*, ou seja, uma abordagem que não tem o foco em nomear as patologias, mas em pensar uma reconstrução de uma forma de vida. Esta proposta localiza a transversalidade entre o diagnóstico, as disciplinas clínicas, a maleabilidade do discurso diagnóstico e sua aplicação no mundo real, e a heterogeneidade social. Tal abordagem crítica que considera os fatores sociais junto à construção de uma percepção clínica tem como objetivo “refazer os laços entre trabalho, linguagem e desejo, pensando a patologia – que se exprime no sintoma, no mal-estar e no sofrimento – como uma patologia do social.” (Dunker, 2015, p. 5-6)

Nos câmpus, o sofrimento psíquico se manifesta, num primeiro momento, sob a forma de mal-estar. Este não deve ser compreendido como um simples desconforto subjetivo ou oscilação emocional transitória, mas como uma experiência estrutural, persistente e coletiva, profundamente relacionada ao lugar ocupado pelos sujeitos dentro da instituição. Dunker (2015, p. 183) define o mal-estar como “o sentimento existencial de perda de lugar, a experiência real de estar fora de lugar”. Essa definição permite compreender como, para muitos estudantes e servidores, o mal-estar é inseparável da vivência concreta da precariedade: ausência de infraestrutura, falta de escuta institucional, precarização das relações pedagógicas e escassez de reconhecimento simbólico.

Nessa perspectiva, o mal-estar não é um efeito colateral da experiência acadêmica, mas uma marca estruturante de um regime universitário que administra corpos e subjetividades por meio de exigências normativas de excelência, desempenho e autogestão emocional, vindo da lógica neoliberal, pois, “o discurso gerencial envolve múltiplas técnicas que propõem um trabalho do eu para facilitar a ‘eclosão do homem-ator de sua vida’” (Dardot; Laval, 2016, p.338). Segundo Dunker, essa condição expressa o desalinhamento entre o sujeito e as normas simbólicas que regulam a vida universitária, funcionando menos como mediações coletivas e mais como dispositivos de avaliação contínua e responsabilização individual.

O neoliberalismo, enquanto regime de racionalidade, constitui uma inflexão histórica dentro do próprio capitalismo. Longe de romper com o modelo capitalista, ele



intensifica suas dinâmicas fundamentais, especialmente a mercantilização da vida, a financeirização da economia e a individualização das responsabilidades sociais. Emergente nos anos 1970 e consolidado nas décadas seguintes por líderes como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, o neoliberalismo respondeu às crises do capitalismo fordista com políticas que desregulam o mercado, enfraquecem a proteção social e transferem aos indivíduos a responsabilidade pelo próprio sucesso. Como observa Maia (2024, p. 93), “quem conseguiu sintetizar bem esse modo de controle foi Margaret Thatcher”, afirmando em entrevista ao *Sunday Times* em 1988 que “a economia é o método” e o “objetivo é mudar corações e mentes”.

A experiência estrutural de mal-estar, articulada à precariedade e ao deslocamento simbólico, não ocorre em um vácuo institucional. Ela está intrinsecamente ligada às transformações promovidas pelo modelo neoliberal e à sua forma de “governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra” (Dardot; Laval, 2016, p. 327). No ensino superior público brasileiro, essa racionalidade tornou a universidade um espaço centrado na autogestão, na meritocracia e na produtividade individual, transferindo aos membros a responsabilidade pelo próprio desempenho e convertendo contradições institucionais em culpa e esforço pessoal.

No intuito de dar continuidade ao deslocamento do olhar da psicologização do sofrimento, para uma leitura que reconheça suas determinações sociais e históricas; em *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, Vladimir Safatle (2020) argumenta que o sofrimento deve ser compreendido como efeito estrutural de um regime de subjetivação que, sob a lógica neoliberal, transforma a dor em problema de adaptação individual. O imperativo de autogestão emocional, acoplado à exigência de permanente performance, faz com que os sujeitos sejam convocados a administrar seus afetos e fracassos como se fossem exclusivamente de sua responsabilidade, apagando as condições institucionais que produzem a exaustão e a frustração.

Nesse modelo, como observa o autor, a difusão da forma-empresa no interior do corpo social leva os indivíduos a se perceberem como “empresários de si mesmos”, regulando suas ações por uma lógica de investimento e retorno de capitais simbólicos, emocionais e profissionais. Os afetos, nesse contexto, deixam de ser vivências espontâneas e passam a ser tratados como competências a serem otimizadas,



transformando-se em instrumentos de gestão de si, voltados à produção de uma “inteligência emocional” funcional à lógica da performance (Safatle, 2018, p. 19).

Na universidade, esse modelo se manifesta pela normalização da precariedade emocional e pela naturalização do sofrimento como “etapa” da formação acadêmica. Safatle mostra como esse modelo de gestão opera uma captura da crítica: ao invés de permitir que o sofrimento se expresse como descompasso com a ordem vigente, ele é rapidamente medicalizado, neutralizado ou instrumentalizado em nome da produtividade. Compreender o sofrimento psíquico, nesse caso, exige resgatá-lo como expressão de um mal-estar mais profundo, relacionado às formas atuais de organização da vida, do trabalho e do vínculo social.

Como observa Safatle, uma das estratégias centrais do neoliberalismo na administração do sofrimento psíquico é a adoção de categorias diagnósticas com força performativa. Essas categorias, longe de apenas descreverem quadros clínicos, produzem efeitos retroativos sobre a subjetividade, reorganizando a experiência do sofrimento segundo lógicas classificatórias que funcionam como “quadros de produção de sentido” e, ao mesmo tempo, como mecanismos de indução de condutas futuras. Trata-se do chamado “efeito de looping” (2020, p.24), no qual o diagnóstico se converte em instrumento de captura da dor, reconfigurando-a como problema de adaptação individual.

Desta forma, a formação acadêmica se torna inseparável de um regime de pressão constante, no qual o estudante é compelido a otimizar seu tempo, acumular certificados, dominar múltiplas habilidades e apresentar resultados quantificáveis. Essa lógica, amplamente naturalizada, está enraizada nas formas contemporâneas do capitalismo neoliberal, que operam por meio de processos de subjetivação marcados pela autogestão, pelo empreendedorismo de si e pela responsabilização individual pelos sucessos e fracassos. Como consequência, a vivência universitária deixa de ser espaço de experimentação e criação coletiva, tornando-se um campo de intensificação da ansiedade, da auto exploração e da precarização subjetiva. Nessa perspectiva, Heribaldo Maia (2024, p. 83) observa que “o indivíduo se torna gestor de si mesmo, internalizando as normas empresariais de gerência do próprio ser”, evidenciando como o modelo neoliberal redefine a relação do sujeito consigo mesmo e com o ambiente acadêmico.

Esta lógica de autogestão não é apenas funcional, mas ontológica: o neoliberalismo reconfigura a própria ideia de sujeito, promovendo uma existência



baseada no cálculo, na competitividade e na performance contínua. Como observa Maia (2024, p. 91), “a agência humana é mergulhada no frio cálculo utilitário econômico, em que a concepção de vida boa é atrelada à lógica da acumulação do capital”, de modo que o “eu” passa a ser vivido como uma empresa, apagando os limites entre pessoa física e pessoa jurídica. Essa transformação implica que toda experiência de fracasso ou sofrimento deixa de ser interpretada como efeito de contradições sociais e institucionais, sendo lida como déficit pessoal ou falta de competência adaptativa, fazendo assim, a universidade se alinhar perfeitamente a essa racionalidade, funcionando como laboratório privilegiado da produção do sujeito empreendedor de si.

O cenário é ainda mais grave nos câmpus, onde as exigências de excelência, produtividade e acúmulo de capital simbólico se chocam com a precariedade das condições objetivas. Como explica Maia (2024, p. 119), “criou-se as condições de um ambiente sufocante em termos de pressão física e mental”, resultado de uma expansão institucional quantitativa sem investimentos proporcionais em infraestrutura, pessoal e políticas de cuidado. Nesse contexto, “o desempenho tornou-se, também nas universidades, a gramática de agência”, reorganizando não apenas os critérios de avaliação institucional, mas também os modos de ser e estar na universidade. A linguagem do mérito e da performance domina, silenciando vivências de mal-estar e exclusão que fogem aos padrões do sucesso acadêmico.

## **O SOFRIMENTO PSÍQUICO E A PRODUTIVIDADE NEOLIBERAL NOS CÂMPUS**

Ao analisarmos a lógica da produtividade neoliberal no ensino superior, é fundamental observar como ela se manifesta de forma particular nos câmpus universitários afastados dos grandes centros, os chamados câmpus do “continente”. A desigualdade entre os câmpus universitários é evidenciada também por dados recentes do Censo da Educação Superior 2024, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O levantamento aponta que o Brasil possui 2.561 instituições de ensino superior, das quais apenas 317 são públicas e 2.244 privadas, concentrando estas 78,6% das vagas ofertadas nacionalmente (INEP, 2025, p. 18–20). Além disso, observa-se uma assimetria geográfica persistente: a maior parte das instituições e cursos presenciais continua concentrada nas capitais e regiões metropolitanas, enquanto os câmpus interiorizados, sobretudo das universidades



públicas, operam com infraestrutura reduzida e menor cobertura de políticas de permanência estudantil.

Nesses espaços, a precariedade material se entrelaça à imposição de uma cultura de desempenho, criando um ambiente contraditório no qual se exige excelência sem oferecer estrutura. Como afirma Maia (2024, p. 121), as práticas universitárias caminham hoje para a produção de “um aluno que seja assinalado pelas suas próprias capacidades e esculpido pelo seu próprio capital humano a ser desenvolvido”. Na teia de relações tecida a partir dessa premissa, instala-se uma lógica quantitativa que reduz as nuances da experiência universitária a um ponto de vista racional, numérico, calculado e instrumental da existência.

A experiência universitária em câmpus situados fora dos grandes centros evidencia, de modo agudo, as contradições do ideal de democratização do ensino superior. Embora muitas dessas unidades sejam apresentadas como expressão do compromisso institucional com a inclusão, o cotidiano revela instabilidade, imprevisto e precariedade estrutural. O deslocamento até a universidade é, para muitos estudantes, um desafio constante, agravado pela dependência de ônibus disponibilizados por prefeituras, ausência de linhas regulares de transporte público e necessidade de adaptação do calendário acadêmico à logística local. Nesse cenário, cursar uma graduação implica enfrentar diariamente obstáculos que comprometem o pertencimento simbólico e a continuidade da formação. A universidade, em vez de ser espaço de enraizamento e criação, torna-se um lugar frágil, onde a permanência exige esforço contínuo de adaptação à instabilidade.

As dificuldades, porém, transcendem o deslocamento físico. A maioria dos cursos nesses câmpus ocorre no turno noturno, em razão da necessidade de trabalho diurno da maior parte dos estudantes. Tal realidade impõe sobreposição de jornadas, desgastando o corpo, fragmentando o tempo subjetivo e restringindo o acesso a experiências formativas essenciais, como grupos de pesquisa, projetos de extensão e acompanhamento psicopedagógico, geralmente ofertadas em horários incompatíveis com sua rotina. Apesar da presença dos sujeitos, o modelo institucional pressupõe um estudante ideal, alheio às condições concretas vivenciadas.

Os docentes, por sua vez, também enfrentam o desafio de mediar essas desigualdades, frequentemente sem recursos ou diretrizes institucionais flexíveis. A exigência de adaptação recai, portanto, sobre todos, porém de modo desigual: os



estudantes se responsabilizam por não corresponderem às expectativas de rendimento, sem que se reconheçam as estruturas que inviabilizam seu desempenho. O sofrimento que emerge nesse contexto configura, como propõe Christian Dunker, expressão de um desalinho entre sujeito e norma, não porque o sujeito “fale pouco”, mas porque a norma, concebida de cima para baixo, não o compreende.

Esse processo evidencia que o mal-estar vivido nesses contextos é estrutural, e não episódico. Apesar das relações complexas, interdependentes e atravessadas por singularidades sociais e históricas nos câmpus fora dos grandes centros, estes continuam tratados como apêndices das instituições.

Embora exista produção acadêmica relevante e iniciativas de pesquisa nesses espaços, muitas vezes não alcançam a mesma visibilidade ou reconhecimento das desenvolvidas nos grandes centros. A lógica produtivista vigente impõe um padrão uniforme de desempenho, desconsiderando desigualdades estruturais entre os ambientes. Estudantes e pesquisadores frequentemente convivem com condições materiais precárias — laboratórios insuficientes, bibliotecas com acervo limitado ou desatualizado, ausência de grupos de pesquisa em horários compatíveis com suas rotinas e pouca inserção em redes institucionais ou eventos científicos — e, ainda assim, estão submetidos às mesmas métricas de avaliação. Mesmo quando se observam avanços em infraestrutura ou políticas institucionais, eles ocorrem de maneira lenta e insuficiente, de modo que a exigência desproporcional persiste, impactando diretamente a saúde mental dos envolvidos.

O modelo CAPES de avaliação, fortemente pautado por indicadores quantitativos, como número de publicações, fator de impacto e internacionalização, consolida uma noção restritiva e normatizada de excelência acadêmica. Nesse sistema, apenas o conhecimento que circula em determinados circuitos competitivos e mensuráveis obtém legitimidade institucional, marginalizando saberes e práticas que não se ajustam a esses parâmetros. Nos câmpus com infraestrutura limitada, acesso restrito a redes de pesquisa e pouca participação em eventos científicos, a lógica do CAPES não apenas se mantém, como intensifica a pressão por produtividade, reforçando desigualdades históricas e simbólicas. A exigência por performance torna-se, assim, mais que uma imposição institucional: configura-se como uma gramática que estrutura subjetividades, condicionando o que pode ser produzido, reconhecido e



valorizado na academia, e naturalizando a precarização dos contextos periféricos como efeito inevitável do “mérito”.

Como observa Heribaldo Maia (2024, p. 95), “vive-se em uma sociedade onde a concorrência não se localiza mais do ‘lado de fora’ e, não havendo mais exterioridade possível à racionalidade econômica, tudo é submetido à linguagem do capital”; nesse contexto, “cada erro, cada desvio da única conduta possível ou do produzir-se constantemente como sujeito da performance, são debitados automaticamente no sistema contábil que se tornou nosso psiquismo”. No ambiente universitário transforma o fazer acadêmico em vigilância, medindo e avaliando constantemente os sujeitos; qualquer desvio da lógica performativa é patologizado ou deslegitimado.

Para os estudantes, essa lógica impõe uma angústia constante e estrutural: são compelidos a performar em um sistema que não considera suas trajetórias, limitações ou potências, mas apenas sua capacidade de se adequar a métricas rígidas e uniformes. Estão permanentemente em desvantagem, seja pelas condições econômicas, pelo território em que estudam ou pelo capital cultural que carregam. O sofrimento não surge como resposta subjetiva isolada, mas como efeito direto de um regime que demanda cada vez mais, enquanto entrega cada vez menos em termos de cuidado, reconhecimento e pertencimento institucional. Ao exigir autogestão, produtividade e adesão acrítica a normas empresariais, o modelo universitário-empresarial converte-se em máquina de exaustão emocional, precarização da existência e exclusão simbólica silenciosa, naturalizando a desigualdade como se fosse resultado de mérito individual.

Maia (2024, p. 122-125) aponta como a chamada “lógica CAPES” de avaliação impacta diretamente tanto o corpo docente quanto o discente, especialmente no que diz respeito ao acesso aos programas de pós-graduação e à forma como o desempenho acadêmico é mensurado. Todo o corpo universitário (professores, estudantes, departamentos, coordenações e centros) passa a ser avaliado a partir de critérios que operam como imperativos de produtividade e excelência, muitas vezes dissociados da realidade concreta dos câmpus em que atuam. Não se trata apenas de responder a expectativas institucionais, mas de suportar um sofrimento gerado pela ausência de condições materiais, simbólicas e institucionais mínimas para atingir os padrões exigidos, o que levanta a questão: como justificar a aplicação uniforme de métricas e exigências que ignoram as profundas desigualdades estruturais entre os diferentes territórios universitários?



O que se vê é a exigência de um desempenho acadêmico pautado por critérios de excelência descolados da realidade material vivida por grande parte dos discentes. Como aponta Maia (2024, p. 124), o Currículo Lattes passou a ocupar o lugar de “forma mais bem acabada de quantificação do desempenho produtivista neoliberal”, funcionando como filtro para o ingresso nos programas de pós-graduação. Em casos específicos, a produção, afirma o autor, “é pouco incentivada e orientada [...] justamente porque o foco do modelo está na bonificação e no reconhecimento dos departamentos e professores nas próprias pós-graduações”.

Com isso, instala-se uma contradição: exige-se precocemente dos estudantes uma postura performática, enquanto se negligencia o papel formativo da graduação, relegando-os a um sentimento de solidão e inadequação. Esse cenário remete a uma educação curricular engessada, na qual o exercício do pensamento crítico e criativo é secundarizado, e o desempenho se reduz à reprodução de normas, métricas e resultados quantificáveis. A universidade, assim, converte o desejo por aprofundamento acadêmico em mais um espaço de gestão subjetiva da precariedade, mascarada por promessas de meritocracia e reconhecimento

A consolidação da “ideologia do produtivismo acadêmico” engendra uma nova gramática do sofrimento, na qual o valor do sujeito depende de sua capacidade de performar, publicar e competir. Como observa Maia (2024, p. 125), “quem entra numa universidade hoje, especialmente nas públicas, encontra o reino da ideologia do produtivismo acadêmico”. Essa lógica contínua de avaliação e comparação transforma angústia e exaustão em efeitos estruturais do ambiente acadêmico, em que, como alerta Han (2015, p. 22), “o cansaço de esgotamento não é um cansaço da potência positiva. Ele nos incapacita de fazer qualquer coisa.”

Falar em uma *gramática do sofrimento* no interior da universidade contemporânea é reconhecer que o sofrimento psíquico não é apenas vivido individualmente, mas é também articulado, normatizado e inteligível a partir de determinadas regras e lógicas que estruturam sua expressão. O termo “gramática” é aqui escolhido por remeter ao conjunto de normas que definem como algo pode ou deve ser enunciado em uma determinada linguagem. Assim como uma gramática linguística organiza as possibilidades do dizer, a gramática do sofrimento organiza os modos legítimos de sentir, sofrer e expressar dor no espaço acadêmico. Não se trata apenas de



sofrer, mas de como se sofre, quando se pode dizer que está sofrendo e quais formas de sofrimento são reconhecidas e acolhidas dentro da racionalidade institucional.

Diante desse contexto de exigência contínua e de autovalorização ininterrupta, o sofrimento legítimo, nessa lógica, é aquele que pode ser superado por meio de coaching emocional, inteligência afetiva e autogestão psíquica, pois tais dispositivos reconfiguram a dor como desafio individual e não como expressão de contradições institucionais ou sociais. O problema, portanto, não reside na existência do sofrimento, mas no seu *formato gramatical*: ele precisa caber na linguagem do mérito, da superação e do capital humano. O que escapa a essa moldura é considerado disfuncional, improdutivo e dispensável. Ao apontar para essa gramática, abre-se a possibilidade de investigações futuras que aprofundem o estudo do sofrimento enquanto dimensão crítica e política das formas contemporâneas de subjetivação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou que o sofrimento psíquico no ambiente universitário não pode ser reduzido a questões individuais ou desvios patológicos, devendo ser compreendido como sintoma das contradições estruturais do modelo neoliberal de gestão acadêmica. Ao analisar as tensões específicas dos câmpus do “continente”, ampliou-se a discussão para além das universidades centrais, demonstrando como a precariedade material e simbólica intensifica pressões por produtividade, autogestão emocional e desempenho contínuo.

O regime de avaliação constante, em que cada ação é medida, quantificada e registrada, não apenas institucionaliza a cultura da performance, mas produz estados de ansiedade, adoecimento e exaustão emocional, como assinala Maia (2024, p. 125). Estudantes e docentes enfrentam jornadas múltiplas, sobrecarga institucional e pressões do mercado acadêmico, revelando que o sofrimento é estrutural e atravessa as condições concretas de trabalho e vida universitária.

Apontar essas articulações oferece um ponto de partida para investigações futuras sobre o impacto do produtivismo acadêmico na saúde mental e para a formulação de estratégias críticas e institucionais capazes de confrontar a lógica excludente do neoliberalismo, promovendo cuidado, reconhecimento e emancipação no espaço universitário.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação  
filosófica, científica e tecnológica.

## REFERÊNCIAS

ANDES-SINDICATO NACIONAL. **Enquete Nacional “Condições de Trabalho e Saúde dos(as) Docentes que atuam nas Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs”** – 1ª etapa. Brasília: ANDES-SN, 2023. Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA). Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/Beregeno/PDF4/Relat%C3%B3rio-%20EN-sa%C3%BAde-docente.pdf>. Acesso em 8 novembro de 2025.

CAMPELLO, Filipe. **Crítica dos afetos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES: 2018**. Brasília, DF: ANDIFES, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2021/07/09/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes/>. Acesso em 9 de novembro de 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Pesquisa identifica o impacto da pandemia em estudantes**. 23 nov. 2022. [online] Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-identifica-o-impacto-da-pandemia-em-estudantes>. Acesso em 8 de novembro de 2025.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2024: apresentação dos resultados**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 9 de novembro de 2025.

MAIA, Heribaldo. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades**. 2. ed. Recife: Ruptura, 2024.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian Ingo Lenz (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2020.



*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação  
filosófica, científica e tecnológica.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian Ingo Lenz (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2020.